

Joana Stelzer
Everton das Neves Gonçalves
(Organizadores)

*Direito
das
Relações
Internacionais*

NA FRONTEIRA ENTRE A FORÇA ECONÔMICA
E O VALOR DA VIDA HUMANA

*Estudos comemorativos à luminar
trajetória acadêmica de Odete Maria de Oliveira*



Editora UNIJUÍ

Ijuí
2006

UM OLHAR CRÍTICO AO DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA E À CONSTRUÇÃO DA UNIÃO AFRICANA

Genésio de Carvalho

Introdução

A União Africana (UA) é substituta da Organização da Unidade Africana (OUA), criada em 1963, e que tinha, entre outros, o objetivo de lutar contra o colonialismo e o *apartheid*, além de harmonizar as políticas econômicas, promover a integração econômica e o desenvolvimento. Destarte, necessário se torna enaltecer a importância dos esforços despendidos pelos seus fundadores em prol da emancipação política, econômica e cultural da África, dentro dos limites que a realidade impunha. Faz-se referência à OUA porque merece ser sempre citada quando se pretende discorrer sobre a Unidade da África, de sua integração política, econômica e cultural, assim como do seu desenvolvimento, apesar de existirem vozes discordantes com a forma como estava sendo dirigida. Reconhece-se que a OUA não é perfeita e totalmente eficiente, dado que possui falhas e limitações e que só não conseguiu cumprir totalmente as metas que propunha devido a jogos de interesses obscuros, levados a cabo por forças reacionárias contrárias à independência e à união do continente.

Outro aspecto a ser destacado refere-se à fase áurea dos grandes Estados-Nação da África, seus impérios e reinos e também ao doloroso período colonial. Também não seria inoportuno reverenciar os líderes e mártires do Terceiro Mundo que foram: Amílcar Cabral (Guiné-Bis-

sau e Cabo-Verde), Modibo Keita (Mali), Jomo Keniata (Quênia), Patrice Lumumba (Congo, ex-Zaire), Eduardo Mondlane (Moçambique), Agostinho Neto (Angola), Marien N’Gouabi (Congo Brazaville), NKwame N’krumah,¹ Pedro Albizu Campos (Porto Rico), Salvador Allende (Chile), Lázaro Cárdenas (México), Ernesto “Che” Guevara (Cuba), Charlemagne Peralte (Haiti), Juan Domingo Perón (Argentina), Augusto C. Sandino (Nicarágua), Juan José Torres (Bolívia), Getúlio Vargas (Brasil), Juan Velasco Alvarado (Peru),² Mahatma Gandi (Índia), Ho Chi Minh (Vietnam), Mohamed Mossadegh (Iran),³ Monsenhor Makarios — Europa (Chipre), Huari Boumedienne (Argélia), El Uali (Saara Ocidental), Kamal Jumblatt (Líbano), e Gamal Abdel Nasser (Egito).⁴ A razão de tal lembrança é simples: todos lutaram contra a escravidão, o colonialismo, o imperialismo e o subdesenvolvimento, males que continuam a afetar seus países e que, até hoje, sofrem a exploração dos países desenvolvidos, em nome da globalização econômica que se revelou injusta, produtora de miséria, doença, corrupção, entre outros males que assolam países em vias de desenvolvimento (Peds).

Histórico

Introduzindo estudo sobre o desenvolvimento da África e a sua construção baseada na nova filosofia da recém-criada União Africana (UA), que é a nova parceria para o desenvolvimento do continente africano, considera-se fundamental rever os aspectos históricos daquilo que foi a África antes, durante e após o período colonial

¹ Todos pertencentes à África. Ver: *Líderes e mártires do terceiro mundo*. Lisboa: Tricontinental Editora, 1980. p. 337-346.

² Idem, p. 347-359.

³ Idem, p. 360-363.

⁴ *Líderes do Mundo Árabe*. In: *Líderes e mártires do terceiro mundo*. Op. cit. p. 364-369.

África Antes da Colonização

O povo da África tem a sua própria história,⁵ tal como acontece no resto do mundo. Esta história não se iniciou com o período colonial e nem terminará, uma vez que se construiu e continua construindo, com suor e lágrimas, a exemplo da história da Europa, que colonizou o continente africano e que o destruiu. A África foi berço da humanidade, como comprovam fatos científicos e históricos que merecem registro, especialmente a pesquisa de Raymond Dart,⁶ que fez relatos sobre um novo tipo de homínido, o *Australopithecus africanus* (1925), espécie que teria sido, possivelmente, ‘o elo perdido’ da evolução entre os macacos e a espécie humana, dado o tamanho do seu crânio (pequeno), da sua disposição dentária e posição vertical. Inicialmente⁷ pensava-se que o primeiro homem teria sido oriundo da Ásia, entretanto a “descoberta do *Australopithecus Anamensis* pelo doutor Leakey” na parte oriental da Tanzânia (1994) inverteu esta visão. Por isso, a partir do momento em que surgiram as novas provas científicas que apontam a África como berço da humanidade, caiu por terra a tese da proveniência asiática do homem.

A África teve problemas internos antes da chegada dos europeus, tais como: escravatura, guerras tribais, entre outros, mas não em uma escala tão elevada. Na Europa e outras partes do mundo aconteceu o pior, houve guerras,⁸ épocas do fascismo e do nazismo que as

⁵ Ver Vara Branco, Alberto Manoel. *África: um continente em mutação a terceira vaga de transições democráticas e alguns dos impactos políticos da Globalização em Estados não democráticos*. Disponível em: <http://www.ipv.pt/millennium/millennium32/4.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2006.

⁶ Raymond Dart foi um anatomista e antropologista australiano, nascido a 4 de fevereiro de 1893, falecido em 22 de novembro de 1988. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/raymond_dart. Acesso em: 19 mar. 2006.

⁷ Munanga, Kabengele. Povos e civilizações africanas. In: Albuquerque Mourão, Fernando Augusto (Org.). *Introdução aos estudos sobre a África contemporânea*. São Paulo; Brasília: Eíto Editor, 1984. p. 17.

⁸ Durante mais de três séculos a Europa apenas viveu período de guerras e de violências, na qual um país quer dominar um outro ou vários. In: Almeida, Elizaberrh Accioly Pinto de. *Mercosul & União Européia: estrutura jurídico institucional*, 2001. p. 31.

fustigava de forma contínua. A fase ruim, porém, foi ultrapassada. Hoje a Europa é livre, preocupada com o bem-estar social do seu povo, honrando outros compromissos internacionais, como ajudar no desenvolvimento de outros países. A África precisa também dessa paz de espírito. Faz-se essa observação para esclarecer às gerações vindouras que a fase tenebrosa da África começou com a chegada dos colonialistas, que destruíram tudo aquilo que os antepassados construíram de bom e de melhor. Os povos africanos não eram e não são incultos como alguns acreditam. São povos culturalmente ricos, com fauna e flora abundantes e subsolo riquíssimo em petróleo e minerais de toda a espécie. O continente africano precisa, apenas, de unidade interna sólida para acabar com as discórdias seculares agravadas com a presença colonial e que permanecem até os dias atuais. Merece destacar que a África possuía apenas seus limites naturais⁹ e não os artificiais. Possui área global de “20 milhões de quilômetros quadrados¹⁰ e população avaliada em quinhentos milhões” de pessoas.¹¹ Antes da colonização viam-se Estados-Nação, como é o caso de Marrocos, Etiópia, Ruanda e o Reino de Merina, em Madagascar. Também eram visíveis e notórios alguns impérios novos.¹² O Império de Gana datava do século VII d.C. e abrangia toda a

⁹ Na sua assertiva Vara Branco ilustra bem essa situação ao afirmar que a África apenas possuía os seus limites naturais com estas “incidência geográficas”. Na sua parte setentrional é banhada pelo Mar Mediterrâneo, na parte Ocidental pelo Oceano Atlântico e na parte Oriental pelo Oceano Índico e o Mar Vermelho. Vara Branco, Alberto Manoel. Op. cit. Disponível em: <http://www.ipv.pt/millennium/millennium32/4.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2006.

¹⁰ Nkrumah, Kwame. *A luta de classes em África*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1976. p. 12.

¹¹ Segundo Nkrumah, “a África e suas ilhas poderiam facilmente englobar a Índia, a Europa, o Japão, as Ilhas Britânicas, a Escandinávia e a Nova Zelândia. Os Estados Unidos caberiam facilmente no deserto do Saara. Geograficamente a África apresenta-se como uma massa compacta que pelos seus recursos naturais é potencialmente o continente mais rico do mundo”. Nkrumah, Kwame. Op. cit., p. 12.

¹² Para Bernard Lugan, aquelas dezenas de impérios recentes eram predadores e, frequentemente, escravagistas (Zulu e Ndebele ao Sul, Sokotó e Madhiste no Nordeste, o de El-Hadj-Omar e o de Samory na parte Ocidental e o de Tippto-Tip na bacia do Congo). Algures, dispersos em milhares de tribos e em centenas de etnias vivendo em medo permanente. In: Lugan, Bernard. *Afrique de la Colonization Philantrophique à la Recolonization Humaitire*. Christian de Batillato, 1995. p. 10.

África de Oeste atingindo o Oceano Atlântico. Com relação à África Oriental, há que se referenciar os seus reinos com cidades comerciais situadas no litoral. Esses reinos enriqueceram no período que se estende desde a Idade Antiga até os séculos XV e XVI, data do seu declínio, com a chegada dos portugueses. Mantinham relações de comércio com a Índia, o Sião e a extrema Ásia. Naquele tempo verificava-se grande intercâmbio de trocas comerciais, bastante rentáveis e com desenvolvimento considerável, como comprovam os registros históricos da época e algumas louças de porcelana chinesa vistas na região.¹³

Existe e intenta-se superar muitos “mitos e preconceitos” de várias ordens que têm escondido da opinião pública mundial a autêntica existência da África, uma vez que, comumente, se faz enxergar as sociedades africanas como sendo desprovidas de história genuína.¹⁴ Considera-se necessário sublinhar, mais uma vez, a inexistência de qualquer fronteira interna constituindo limite entre os países africanos a não ser a de incidência geográfica natural. Vários trabalhos realizados começam a dar conta, também, de que inexistia qualquer linha divisória separando a África negra da África branca, e que elas não se desconheciam uma à outra.¹⁵ Também existem estudos revelando a valiosa contribuição do negro na civilização egípcia. Estas posições já haviam

¹³ Veja Munanga, Kabengele. *Povos e civilizações africanos*. In: Albuquerque Mourão, Fernando Augusto. Op. cit., p. 19.

¹⁴ Essa situação inverteu-se “nos finais da década de 40 do século XX”, porque, a partir desse momento, o continente africano passou a ser visto como “entidade histórica”. Já não era apenas um desenvolvimento oriundo de uma aculturação carregada de fora para dentro pelas “ondas migratórias” que possuía o seu espaço de inserção e o seu auge, mas um progresso cultural próprio e endógeno. Ver Vara Branco, Alberto Manoel. Disponível em: <http://www.ipv.pt/millennium/millennium32/4.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2006.

¹⁵ Vara Branco, Alberto Manoel. *África: um continente em mutação (...)*. Disponível em: <http://www.ipv.pt/millennium/millennium32/4.pdf>. Acesso em 19 mar. 2006.

sido defendidas em publicações de dois cientistas africanos, os professores Cheikh Anta Diop e Tephile Obenga.¹⁶ É assim que o mito do negro incapaz de construir a sua grande civilização é desbaratado.¹⁷

Do Período Colonial

A presença colonial no continente africano tem sido justificada sem, contudo, convencer, como necessária para retirar o povo africano do estado selvagem e primitivo em que se encontrava, levando-lhes fé e civilização. A real intenção dos colonialistas, entretanto, era destruir tudo o que lá havia de bom e de melhor. Semearam discórdias no seio do povo que, até hoje, continuam gerando conseqüências sérias e travando qualquer iniciativa de desenvolvimento socioeconômico e cultural. Da mesma forma, a imposição de fronteiras em toda a extensão territorial vem gerando sérios gravames. O colonialista não fez nada mais do que dividir a população nativa, aproveitando-se das disputas que já existiam e que, certamente, o tempo encarregar-se-ia de resolver, tal como aconteceu nas outras partes do mundo e na própria Europa devastada por guerras seculares de conquistas e que, hoje, se transformou num dos maiores blocos comerciais do mundo. Em verdade, a Europa conseguiu a sua unidade interna e possui instituições sólidas com garantia e credibilidade, ainda que alguns de seus países, como a França, a Inglaterra e Portugal, sobretudo, não desejem cooperação bilateral séria, diferentemente dessa que estão levando a cabo, terminando por comprometer os esforços louvados da União Européia e de outros parceiros multilaterais e bilaterais de desenvolvimento, que

¹⁶ Munanga, Kabengele. Op.cit., p.17.

¹⁷ Como explica Kabengele Munanga, alguns séculos mais tarde, provavelmente no século I, os negros fundaram as primeiras civilizações continentais do Oeste e ao Sul: Gana, Nok, Ife, Benir, Zimbábue, etc. Sabe-se, atualmente, graças aos métodos de radiocarbono (carbono A4), que os primeiros sítios, de Zimbábue, remontam pelo menos ao século I da Era Cristã. Na costa oriental da África foram encontradas peças de moeda romana, indício de um comércio florescente no porto de Dunford e em Zanzibar. Idem, p. 18.

operam na África. França, Portugal e Inglaterra possuem considerável influência política e suas vozes são escutadas, constituindo os países que colonizaram a maior fatia do continente africano.

Em que pese o malefício causado pela colonização, é inegável, também, que se verificaram *louros*, podendo-se citar, em primeiro lugar, a língua e a aculturação com seus aspectos positivos¹⁸ de um lado e, certamente negativos¹⁹ de outro. Na fase inicial da colonização, os colonialistas destruíram os impérios que existiam naquela época porque resistiam à ocupação, conforme explica Bernard Lugan, que considera essa ação colonialista como sendo generosa, porquanto foi uma benfeitoria para as populações submissas.²⁰ Se verdadeiro for, no entanto, o posicionamento deste autor, pergunta-se: Por que a África continua sendo palco de guerras sangrentas, e os salvadores da pátria não fazem nada para acabar com essa sangria?

Não se pode confiar em teses tendenciosas espalhadas pelo mundo que escondem a verdadeira causa da ocupação colonial na África, por não convencerem pela realidade que lá se vive, ainda, no limiar do século XXI, e que pode ser vista *a oculo nu* e compreendida por quem quer que seja. A ocupação do continente aconteceu no século XV pela França, Inglaterra, Bélgica, Portugal, somando-se a Itália, Espanha e a Alemanha. As fronteiras apenas foram delimitadas na histórica e dolorosa Conferência de Berlim de 1885, que infernizou o continente. A escravidão foi um dos primeiros sofrimentos impostos ao povo africano, com um dos comércios mais bárbaros que o mundo já viu. De acordo com Oliveira “(...) os séculos XVII e XVIII foram marcados por outro tipo secular de comércio, o comércio triangular²¹ — tráfico de

¹⁸ Aculturação positiva significa extrair da cultura estrangeira o que existe de bom e de melhor, adicionando-o à nossa a fim de enriquecê-la.

¹⁹ Aculturação negativa significa negar o que há de bom e de melhor numa cultura, privilegiando a estrangeira como sendo a melhor.

²⁰ Lugan, Bernard. Op. cit., p. 11.

²¹ Ocunícá, Lourenço. A educação durante a colonização portuguesa na Guiné-Bissau (1471-1473). In Canedo, Leticia. *A descolonização da Ásia e da África*, 1986. Disponível em: <<http://bibli.fac.unicamp.br/revbfe/v2n1out2000/artigo10.pdf>. Acesso em 23 jan. 2006.

escravos negros — escravidão lamentável estabelecida pela Europa na África e Antilhas (...)” O século XIX foi o século da colonização da África pelos europeus, foi o da submissão e o término das antigas estruturas geopolíticas, foi nesse período que a Europa perturbou permanentemente a África.²²

Do Período Pós-Colonial

O fim do período colonial, isto é, a independência dos países africanos não foi nada fácil, sobretudo a libertação dos países colonizados por Portugal que são: Guiné-Bissau (ex-Guiné-Portuguesa), Angola, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e a África do Sul sob domínio do *apartheid*, regime praticamente idêntico ao colonial imperial, pela forma como trataram os negros que lhes resistiam. Nesses países pertencentes ao Império Português houve guerrilhas e luta armada para destronar o colonialismo. Na África do Sul houve resistência e lutas clandestinas, até o desmantelamento do regime racista sul-africano. Em que pese a ação colonizadora, o colonialista propiciou instrução à parcela insignificante da população sob o seu domínio, formando elites que herdaram o aparelho administrativo colonial e que, hoje, constituem grupo privilegiado, dominando toda a administração pública nos seus países. Na atualidade parte dessa elite moldada pelo colonialista constitui o seu maior aliado na exploração das riquezas nativas, fazendo desvios de somas vultuosas, endividando, cada vez mais, seus países, servindo a seus próprios interesses. Os colonialistas nunca se sentiram satisfeitos com a emancipação de suas colônias, por isso contribuíram para a queda de certos governos progressistas, defensores intransigentes da causa africana. Não existe nação no mundo que não

²² Com o supracitado comércio, resultaram grandes ganhos: concediam as embarcações para o transporte de produtos para a África e, no regresso destas, vinham repletas de “mercadorias humanas — escravos negros — para plantações da América colonial”. In: Oliveira, Odete Maria de. *Teorias globais e suas revoluções: elementos e estruturas*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005. p. 151. v. 1.

necessite de sua independência e da defesa de sua soberania. Na África isso parece impossível, por causa de ingerências externas intempestivas.

Seguem alguns exemplos de países africanos que sofreram perturbações sérias depois de se tornarem independentes e optarem pela via do “socialismo científico” como sendo a ideal situação e ocasionando desconforto para as ex-potências colonizadoras.

a) Império Benin — local em que se desenvolveu “uma das mais avançadas civilizações sub-saharianas (...)”, foi destruído por completo pelos europeus no período que vai dos séculos XVI a XIX, um grande contingente de sua população foi levada pela força e, também, raptada, sendo comercializada como escravos na América. Foi invadida pela França, em 1894, a ex-Costa dos escravos, rebatizada com o nome de Daomé, e foi a partir de 1890 campo de sangrentos duelos anticoloniais, liderados pelo rei Benhazin. A resistência ao invasor foi retomada no século XX pelos “brasileiros” (escravos libertos retornados da América) e pelas populações locais “evoluídas”, que abraçaram os mesmos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, conhecimentos que adquiriram dos seus colonizadores.

A política francesa de dividir para melhor reinar, porém, teve sucesso, e a “independência formal abriu espaço para uma sucessão de governos neocolonialistas instáveis (12 em 16 anos, de 1957 a 1972), atribulados por levantes populares (em 1963, 1965, 1967 e 1969) contra as desigualdades regionais, a especulação, a corrupção e a administração ineficiente”. Para pôr fim a essa situação, o comandante Mathieu Kerekou liderou golpe, apoiado por jovens oficiais, em 20 de outubro de 1972, e instalou a colônia do “Governo Militar Revolucionário”, por meio do qual delineou suas metas nacionalistas. Na sua alocução, incitou a população a tomar parte ativa na vida política do país. Dois anos depois, Kerekou levou ao conhecimento público que apenas o “socialismo científico” podia levar o povo de Daomé ao de-

envolvimento, por ser a via mais eficaz. Um ano após, em 20 de novembro de 1975, alterou o nome Daomé para Benin. Fez reformas no setor agrário, por ser a base de sobrevivência de 85% da população local, dando prioridade à alimentação do povo em detrimento das culturas de exportação. A partir de então os camponeses passaram a ter voz nas decisões políticas de comercialização. Os bancos foram nacionalizados, a administração democratizada (com autoridades eleitas e substituíveis pelas suas bases), e ainda consolidando-se os embriões da futura indústria. Turistas europeus, no entanto, criticavam o “ambiente marcial” que se vivia no Benin, em que eram constantes os comícios patrióticos e a agitação na rádio, cresciam instituições de defesa popular e no qual a mobilização de massas era de cunho paramilitar. A luta do povo de Benin continuou, apesar de todas as críticas dirigidas ao regime. O governo popular no poder lutou contra o subdesenvolvimento, os setores feudais, especuladores e pró-coloniais que dele desfrutavam. Travou guerras contra “as forças externas, aliadas do imperialismo”, que repetidamente tentaram derrubar o governo por meio de golpes de Estado; o que não chegou a acontecer devido à vigilância e ao engajamento popular que frontalmente conseguiu derrotar as forças do mal, em 16 de janeiro de 1977, ocasião em que o país foi invadido (invasão aérea) por mercenários, invasão “apoiada pelo Gabão e por Marrocos e encorajada pelos serviços secretos franceses, em uma tentativa de repetição do famoso episódio de Entebe no Uganda”.²³

b) Outro exemplo refere-se a Gana, “antigo reino africano de Ghana-ta”, e que foi ocupada pelos portugueses no século XV e pelos holandeses no século XVII. Durante a ocupação exterminaram os nativos e comercializaram aqueles que permaneceram vivos como escravos nas plantações de cana-de-açúcar das Antilhas. Findo o desprezível tráfico de pessoas, a Inglaterra “adquiriu os estabelecimentos holandeses”, o que lhe permitiu exercer poderes sobre esta colônia,

²³ Esta “Paya Girón africana” valerá, indubitavelmente, para despertar os governos progressistas do continente africano de que o imperialismo não repousa. In: Guia do Terceiro Mundo. Op. cit., p. 64-65.

no ano de 1874, tendo ali plantado cacau que, atualmente corresponde a 70% de toda a receita do país. Embora existissem diferentes grupos étnicos, religiões desiguais e o contraste econômico entre o norte, no qual se mantinha vivo o feudalismo, e o sul, em que se “desenvolveu uma classe média progressiva e ativa e um proletariado mineiro e urbano de certa importância, o nacionalismo desenvolveu-se muito cedo no País de Gana”. Isso fez com que as pressões populares tivessem êxito na administração colonial, que não via outra saída a não ser fazer concessões políticas. Dessa maneira, em 1946 Londres admitiu africanos para tomarem parte na administração local.

Em 1949 fundou-se o Partido da Convenção do Povo (CPP) liderado por Kwame Nkrumah²⁴ com o intuito de empenhar-se por mudanças mais radicais. Nkrumah, cujo nome atribuído pelo seu povo é Asagyefo, que significa “redentor”, defendia com toda a veemência, satisfação e convicção a luta anticolonial do continente. Deu início à ação continuada de reformas internas com vista à industrialização básica, revolução agrária e educação socialista.²⁵ Foi derrubado, em 1966, por golpe militar dirigido por oficiais pró-britânicos, que publicaram, oficialmente, Lei Magna Parlamentarista e que, em 1969, transferiram “o poder para um governo civil, através de eleições”, nas quais o Partido da Convenção do Povo (CPP) fundado por Nkrumah, foi impedido de concorrer. Nkrumah morreu “no exílio, em Bucareste, em 1972”.

c) O mesmo aconteceu com a República de Guiné (ex-Guiné Francesa), em que o Partido Democrático de Guiné (PDG), fundado e dirigido pelo seu líder carismático, o presidente Ahmed Sekou Tou-

²⁴ “Foi precursor do pan-africanismo e do nacionalismo africano, Nkrumah organizou uma sólida estrutura rural e urbana, o que lhe permitiu converter-se em primeiro-ministro da colônia, em 1952. No seu discurso de posse, proclamou-se ‘socialista marxista e cristão’, e prometeu combater o imperialismo. Obteve uma grande vitória em 1957, quando Gana se tornou o primeiro país da África Negra a conseguir a independência, logo depois da Segunda Guerra Mundial”. In: Guia do Terceiro Mundo. Op. cit., p. 126.

²⁵ Como essas reformas começaram a afetar as “vantagens feudais e neocoloniais”, conspiraram até que finalmente conseguiram derrubá-lo, em 1966, “com um golpe dirigido por oficiais pró-britânicos”. Idem, p. 126.

ré, acabou com o sonho da França, que projetava criar “uma comunidade francesa” tentando conservar as suas colônias na África. A República da Guiné optou pela independência imediata e o líder do Partido Democrático da Guiné se posicionou desta forma: “Preferimos a pobreza com liberdade à riqueza na escravatura”. Recebeu o apoio popular que se prontificou a conceder seu voto maciço contra o projeto neocolonialista: “no referendo de 23-09-1958, organizado pelos franceses, houve cerca de 1.200.000 votos de ‘não’ contra apenas uns 57.000 ‘sim’. Quatro dias depois do referendo, a República da Guiné declara a sua independência, a primogênita da África Negra ‘francesa’”. A título de vingança a França, comandada por Charles de Gaulle, ordena a retirada dos seus “quadros técnicos, desativa as indústrias e bloqueia o comércio guineense”. As agressões a partir de então se revelaram constantes. “Em 1965, a França congela os valores depositados em seus bancos pertencentes a esse país e “introduz o contrabando de moedas falsas em grande quantidade em Conakry (capital desse país)”. Em 22 de novembro de 1970 “mercenários portugueses” invadiram o país, procurando derrubar o governo popular e destruir as bases do Partido Africano da Independência da Guiné e Ilhas de Cabo Verde (PAIGC), que lutava pela independência da ex-Guiné Portuguesa e Cabo Verde. Registraram-se repetidas vezes, a partir de então, “conspirações e tentativas de desestabilização” desse país.²⁶

Como se pode notar, basta divergir dos interesses de certos países para o poder local ser incomodado, a não ser que este se renda a defender e ser guardião dos interesses estrangeiros, deixando o povo nativo na penúria absoluta, tal como os déspotas africanos conseguem se perpetuar no poder. Atualmente, no Zimbábue, o governo de Robert Mugabe está sofrendo pressões de toda a ordem, devido à reforma agrária que está levando a cabo. A Grã-Bretanha acusa o presidente Robert Mugabe de “abusos de direitos humanos e de perseguição dos

²⁶ In: Guia do Terceiro Mundo. Op. cit., p. 136.

adversários políticos” . O Zimbábue, por sua vez, afirma que a Grã-Bretanha está conspirando para derrubar o governo.²⁷ O país foi ameaçado de expulsão pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) por causa de “apenas 14,6 milhões de dólares americanos” que restavam para liquidar a sua dívida em atraso “no âmbito da conta geral de recursos”.²⁸ Tudo isso não passa de vingança, baseada em fatos históricos disponíveis, como “(...) A descoberta de ouro em 1867 despertou a cobiça dos ingleses, que acabaram por ocupar o território, apesar das reivindicações de Portugal, a quem a Grã-Bretanha dirige um ultimato em 1980”.

A colônia passou a ser designada Rodésia, em 1895, em homenagem a Cecil Rhodes, que promoveu a sua Constituição. A parte sul desenvolveu-se mais do que a norte. As duas Rodésias associaram-se, em 1953, com a Niassalândia, para constituírem a Federação da África Central, na qual a Rodésia do Sul era a parte mais importante. “Desfeita a Federação em 1963, a Niassalândia tornou-se independente com o nome de Malawi e a Rodésia do Norte com a designação de Zâmbia”. O Reino Unido, entretanto, recusou-se a conceder autonomia à Rodésia do Sul (parte mais rica) porque estava sendo governada pela “minoría branca”. Por estas razões a Rodésia do Sul proclamou unilateralmente a sua independência no ano de 1965, optando pela forma de governo republicano em 1970. “O bloqueio econômico imposto pela ONU e a guerrilha que ganhou extraordinário impulso após a independência de Moçambique em 1975” contribuíram para a emancipação desse país, que se tornou independente em 1980, batizado com o nome de Zimbábue a partir dessa data. No ano de 1980 Robert Muga-

²⁷ Disponível in: <http://www.paapress.com/freenwspor.asp?code=por029018&dte=01/02/2006>. Acesso em 7 abr. 2006.

²⁸ “O FMI concedeu ao Zimbábue uma moratória de seis meses até março para pagar uma boa parte de sua dívida estimada em 300 milhões de dólares americanos, caso contrário será expulso da instituição”. Disponível em: <http://www.panapress.com/freenwspor.asp?code=por0287643&dte=24/01/2006>. Acesso em: 7 abr. 2006.

be, “líder nacionalista negro, é eleito, submetendo o país a um regime socialista. Em 1987 é estabelecido regime presidencial e Mugabe foi eleito chefe de Estado”.²⁹

Os países que se beneficiam com a exploração da África só têm interesse em preparar ambiente para negócios, não se interessam com a forma como vive o povo, e quando a situação rompe em golpes de Estado e guerras fratricidas, começam a abandonar o local, retirando de lá o seu capital e todos os seus cidadãos, fatos comumente assistidos nessas ocasiões. Essas situações já foram até interpretadas em filmes como: *Hotel Ruanda*, *Lágrimas do Sol* (Golpe de Estado na Nigéria), baseados em fatos reais,³⁰ visíveis em épocas de conflitos com o êxodo dos refugiados. Situação similar ocorreu na Guiné-Bissau quando do conflito político militar de 1998, que opunha a junta militar de Ausumane Mané ao governo constitucional do presidente João Bernardo Vieira. Este último acabou sendo deposto e obrigado a sair do país sob os olhos de toda a comunidade internacional, em maio de 1999, quando o país foi tomado de assalto pelos insurretos. João Bernardo Vieira retomou o cargo e desde 1º de outubro de 2005 é novamente o presidente da República de Guiné-Bissau.

Esses dramas vividos na África são costumeiros. As crises políticas e as guerras, quando acontecem, acabam sempre pela mediação que, geralmente, é encabeçada pela Comunidade Internacional (CI), organizações sub-regionais e a sociedade civil, em que os dois primeiros exigem a reposição da ordem constitucional violada, uma vez que, modernamente, a subida ao poder com emprego da força não é acolhida, mas sim por meio de eleições livres, democráticas e transparentes. Ocorre, no entanto, que a reposição da ordem constitucional nem sempre é bem-feita, porque ao invés de a comunidade internacional boicotar o acesso ao poder dos insurretos; termina aceitando suas teses demagógi-

²⁹ In: História do Zimbábue. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/zimbabwe#pol.C3.ADtica.> Acesso em: 7 abr. 2006.

³⁰ Filmes que relatam os dramas de um povo abandonado a sua sorte. Ver: *Hotel Ruanda* e *Lágrimas de Sol*, nas locadoras de filmes.

cas, destinando-lhes apoio moral e financeiro. Essa atitude, ao invés de desestimular essa prática, acaba por incentivá-la. É evidente que nem todos os golpes são desprovidos de fundamentos plausíveis. Na maioria dos casos, contudo, apenas a ganância e a ambição pelo poder induzem os golpistas para essa aventura, que apenas faz os países regredirem em vez de progredirem. Uma das causas do subdesenvolvimento do continente africano deriva dos freqüentes golpes de Estado. A grande verdade, porém, é que não há nenhum golpe encabeçado por quem quer que seja com cunho de reforma social, imbuído de reais intenções de semear justiça social, a não ser acentuar discórdias. Todas as razões apresentadas por golpistas, por mais que sejam verídicas, não deixam de constituir, no fundo, as já referidas ambições pelo poder, inveja, ódio, ajuste de contas e vingança.

Essa mentalidade deve ser combatida pelo povo, negando votos aos governos e aos deputados golpistas e maquiavélicos que apenas procuram, por meio de farsas, ludibriar a opinião pública nacional. A CI e as organizações internacionais não devem ficar desatentas aos atropelos constitucionais, à corrupção, aos abusos de poder, às violações de direitos humanos, à liberdade de imprensa e à ingerência no funcionamento dos tribunais em alguns países. Em regra, todo e qualquer golpe é realizado pelos militares em conjunto com os políticos, entretanto todos deverão ser conduzidos à Justiça para que sejam punidos por atentado contra a segurança do Estado, se as razões evocadas para a realização desse ato ilegal não corresponderem à verdade, fato que somente poderá ser percebido com o decorrer do tempo. Assim que, pela força, logrando permanecer no poder, começam, não raras vezes, a se desviar dos aspectos que tinham condenado anteriormente e que lhes serviu de justificativa para derrubar o governo anterior.

Em meio a tantos golpes de Estado verificam-se os chamados períodos de transição política em que, até mesmo, são organizadas eleições como *conditio sine qua non* para a justificação das ditas instituições democráticas. O que se pode notar, porém, nestes períodos de transi-

ção, são crispações políticas infinitas, contaminando e deitando por terra todos os esforços investidos para a estabilização política. Como essas crises, na África, são cíclicas, há que se pôr fim às mesmas com a tomada de medidas drásticas pela União Africana que, por sua vez, poderá solicitar apoio à União Européia e às Nações Unidas, propondo o bloqueio econômico e político, assim como, se necessário for, intervenção militar para retirar do poder os tiranos de plantão. Exemplo de tal preocupação é o caso sudanês (em guerra civil há 46 anos), dentre outros, que deve merecer intervenção imediata, pois, caso contrário, a UA poderá ficar desacreditada, tal como a sua antecessora, em curto prazo. Os golpes de Estado são realmente preocupantes pois há, sempre, interesses escusos motivadores dos golpistas que fragilizam todas as iniciativas de uma África unida, próspera e independente. Num intervalo de sete anos, isto é, de janeiro de 1963 a janeiro de 1970, aconteceram mais de duas dezenas e meia de golpes de Estado na África, conforme se vê³¹ a seguir:

| Datas | Países |
|---------------|---------------------------|
| 13/01/1963 | Togo |
| 12-15/08/1963 | Congo-Brazaville |
| 19-28/10/1963 | Daomé (Benin) |
| 18/02/1964 | Gabão |
| 01/01/1965 | República Centro-Africana |
| 04/01/1965 | Alto Volta |
| 18/06/1965 | Argélia |
| 25/11/1965 | Congo-Kinshasa |
| 22/12/1965 | Daomé (Benin) |
| 15/01/1966 | Nigéria |
| 22/02/1966 | Ghana |
| 29/07/1966 | Nigéria |
| 29/11/1966 | Burundi |
| 13/01/1967 | Togo |

³¹ Ver: Nkrumah, Kwame. Op. cit., p. 58.

| Datas | Países |
|---------------|------------------|
| 24/03/1967 | Serra Leoa |
| 17/12/1967 | Daomé (Benin) |
| 18/04/1968 | Serra Leoa |
| 03/08/1968 | Congo-Brazaville |
| 04/09/1968 | Congo-Brazaville |
| 19/11/1968 | Mali |
| 25/05/1969 | Sudão |
| 01/09/1969 | Líbia |
| 15-19/10/1969 | Somália |
| 10/12/1969 | Daomé (Benin) |
| 30/01/1970 | Lesotho |

De acordo com Kwame Nkrumah, além destes houve tentativas de golpes fracassados, além de assassinatos múltiplos (...).³² Segundo o autor, “a própria natureza das relações políticas existentes entre o neocolonialismo e os regimes fantoches de uma África balcanizada demonstra bem que, enquanto o continente africano não realizar a sua unificação política, haverá sempre golpes de Estado.”³³

Concorda-se com Ferreira e Numeriano, para quem o golpismo é hábito que se repete nos países subdesenvolvidos política e economicamente.³⁴ Em virtude do golpismo, as intrigas ceifaram a cabeça dos melhores filhos da África, colocando-as a prêmio por nada; assim, é

³² Idem, *ibidem*.

³³ Nkrumah entende que os golpes ocorridos na África são resultados da mesma ocorrência: que existe, de uma parte, as potências colonialistas que manipulam os “Estados neocolonialistas”, fornecendo o seu suporte às elites reacionárias burguesas (burguesia africana porque a sociedade ali também é estratificada) que brigam pelo poder; de outra parte as massas africanas (...). In: Nkrumah, Kwame. *Op. cit.*, p. 59.

³⁴ Aconteceu, porém, o contrário; de 1991 a fevereiro de 1992, v.g., presenciou-se uma enxurda de movimentos golpistas acontecidos de forma repetida na “periferia” capitalista como os a seguir mencionados: “Haiti (19/08/2001), da Iugoslávia (03/10/1991), de Mali (26/03/1991), da Argélia (11/01/1992) e da Venezuela (03/02/1992) (...)”. Apenas ocorreram nos países do chamado Terceiro Mundo, os que reclamaram por uma nova ordem econômica na histórica conferência de Bandung em 1955. Para mais informações ver: Ferreira, Mário; Numeriano, Roberto. *O que é golpe de Estado*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

necessário superar tal condição. Aos países africanos não mais interessa qualquer parasitismo político, a África reclama um novo paradigma para o seu desenvolvimento socioeconômico, de políticas viáveis e de parceria séria baseada na interdependência e ganho mútuos. Não há o que temer com a existência da paz duradoura no continente africano, porque a África precisa que outros países e outros parceiros “estendam-lhe a mão”, pois fará o mesmo gesto em prol de uma solidariedade mútua, internacional e de ajuda entre as nações do mundo civilizado. E isso deverá pressupor, como é óbvio, o real interesse das ex-potências colonizadoras no desenvolvimento sustentável da África, no apoio indefectível à União Africana (seus dirigentes) e às comunidades econômicas regionais, a fim de que se materialize o Plano de Lagos idealizado pela extinta Organização da Unidade Africana (OUA).

Ninguém, mas ninguém mesmo, acredita-se, fará oposição a qualquer privilégio que beneficie as ex-potências coloniais ou que possa vir a beneficiá-las, a curto e longo prazos, desde que meritóriadamente adquirido ou concedido.

Os tempos mudaram e percebe-se algum empenho da União Européia, da América do Norte, da China, do Brasil, do Japão, da Rússia e de outros países a preocuparem-se, hoje, muito mais com o estado de degradação e de agonia dos países que compõem a Grande África. Pode-se, até, afirmar que a filosofia do colonizador, nas parcerias que estabelece com ex-colonizados, mudou de péssima para suficiente; acredita-se que poderá melhorar no futuro, se os intentos políticos da União Européia e de outros parceiros com vista ao desenvolvimento do continente africano forem levados a sério. Há que se apostar na nova Europa dos 25 Estados-membros, com sua inovadora mentalidade e espírito de solidariedade, porque a velha Europa decepcionou bastante. Problemas e grandes desafios restam evidentes, como é exemplo o fato de que existem países, na África, que foram colônias por mais de 528 anos e que nem possuíram, nesse período, universidades para o desenvolvimento do ensino e da pesquisa; como é o caso da Guiné-

Bissau e de Cabo Verde. Apenas em 2003 é que aquela viu a sua primeira universidade e, o segundo, nos finais de 2005, com a instalação de uma Instituição de Ensino Superior pública, a partir da ajuda do Brasil.

A África deve proteger e acolher todos os seus filhos, mesmo que ditadores, porque algumas coisas realizaram pelos seus países e para a África, embora tenham falhado ou tropeçado em seus princípios. Há necessidade de recuperá-los todos, pois só assim alcançar-se-á a unidade desejada e a integração política, econômica e cultural, fornecendo energias à União Africana (UA). A ditadura não é a melhor forma de governo para os dias de hoje, mas também não se deve apostar em governos do tipo *laissez-faire* ou permitir anarquias. A aposta mais eficiente é a alternância de poder respeitando o lapso temporal consignado nas Constituições para o início e término dos mandatos, impedindo qualquer tipo de revisão para a ampliação dos mesmos, pois ninguém é insubstituível no poder. Em todo o caso, o povo deve ser soberano na escolha de seus governantes, desde que essa manifestação popular não seja viciada para, assim, poder ser respeitada. Compete, portanto, aos africanos dos países que ainda vivem em instabilidade permanente eleger uma via para a paz que coloque de lado todo o passado amargo, deixando fechar “as feridas”, pois, do contrário, ao continuarem em guerra, acabarão hipotecando seus países a interesses estrangeiros.³⁵ Há que existir respeito pela separação de poderes, sendo descartadas, dessa maneira, quaisquer ingerências de um poder sobre o outro. As forças de segurança (militares, segurança de Estado, polícias) e demais forças devem submeter-se à lei e ao poder político credenciado, de forma a propiciar a estabilidade sustentável.

³⁵ (...) Para Kadafi (presidente da Líbia), o colonialismo não tem época poderia se repetir se as condições que o favorecem, essencialmente o vazio, estivessem reunidas. In: África caminha para a integração. Disponível em: <http://www.panapress.com>, p.1-2. Acesso em: 11 mar. 2004.

Da Organização da Unidade Africana (OUA) e da União Africana

A ocupação da África pelos europeus aconteceu devido ao emprego da sua força bélica e da violência. Durante as expedições aventureiras, traficantes, homens ambiciosos que os acompanhavam usaram de todos os artifícios para praticar saques em aldeias, escravizando a população e ordenando de forma ilegal que os nativos lhes fornecessem suprimentos para o domínio da região preferida. Outro aspecto que seguramente esteve na origem da capitulação dos nativos africanos foi o suborno, a corrupção de líderes ambiciosos que colaboraram com os europeus a fim de atingirem os objetivos preconizados de escravizar, saquear e pilhar a vida das populações africanas.

Os nativos, por sua vez, resistiram à dominação estrangeira com toda a tenacidade. Os franceses envolveram-se em prolongado duelo no Marrocos e na Tunísia. Os italianos foram derrotados pelos etíopes, nos anos de 1887 e 1896. Os ingleses também foram derrotados no Sudão. Os alemães combateram bastante tentando submeter o povo herero no sudoeste africano. Tribos como achantis, zulus, matabeles e demais também resistiram, porém acabaram sendo dominados.³⁶ Em que pese toda luta de resistência à ocupação do território africano, tem-se que o movimento libertário poderá continuar, de forma pacífica, ordeira e não violenta como foi no passado. Para Ferro,³⁷ a colonização apenas cessou na África por causa da luta pela libertação empreendida pelas “populações submetidas e vencidas”, e ainda devido à “decadência das metrópoles” que não conseguiam administrar a enorme quantidade de capital que tinham concentrado. Entende-se, assim, que, para ser atingida a necessária paz e a desejada liberdade, devem, os africanos, conceder apoio adequado para somar aos esforços das

³⁶ Ver detalhes em: Ki-Zerbo, Joseph. História da África Negra II, 2000.

³⁷ In: Ferro citado por Vara Branco, Op. cit. Disponível em: <http://www.ipv.pt/millennium/millennium32f4.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2006.

Comunidades Econômicas Regionais (CERS) e à União Africana (UA) com vista à instituição de suas políticas em prol do desenvolvimento do continente.

Da Organização da Unidade Africana (OUA)

A Organização da Unidade Africana (OUA) foi instituída em 25 de maio de 1963 na capital etíope (Addis Abeba), coroada com a assinatura de sua Carta Magna por dignitários de 32 governos de Estados Africanos independentes.³⁸ Os objetivos formulados na Carta foram: “a) promover a unidade e a solidariedade entre os Estados africanos; b) coordenar e intensificar a cooperação entre os estados africanos, no sentido de atingir uma vida melhor para os povos de África; c) defender a soberania, integridade territorial e a independência dos Estados africanos; d) erradicar todas as formas de colonialismo da África; e) promover a cooperação internacional, respeitando a Carta das Nações Unidas e a Declaração Universal dos Direitos Humanos; f) coordenar e harmonizar as políticas dos Estados-membros nas esferas política, diplomática, econômica, educacional, cultural, da saúde, bem-estar, ciência, técnica e de defesa.³⁹ Nas primeiras décadas de sua criação deparou-se com inúmeros conflitos sobre a demarcação de fronteiras no Norte, Leste e Centro da África, porém, devido ao seu engajamento, tais divergências foram solucionadas segundo espírito real de unidade e sem intromissão estrangeira. Da mesma forma teve êxito na luta *anti-apartheid*, na ONU, quando foram impostas punições contra os governos da África do Sul e da Rodésia, como, também, obteve sucesso no plano internacional, para a condenação de crimes contra a humanidade, durante a conferência de Teerã em 1968.⁴⁰

³⁸ In: A história da Organização da Unidade Africana (OUA). Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/organiza%C3%A7%C3%A3o_da_unidade_africana. Acesso em: 30 jan. 2006.

³⁹ In: A história da Organização da Unidade Africana. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/organiza%C3%A7%C3%A3o_da_unidade_africana. Acesso em: 23 jan. 2006.

⁴⁰ Idem.

Conforme M'Bolo, o “movimento pan-africano exerceu um rol impulsionador na libertação das populações do continente negro, sendo ele por excelência a ideologia da descolonização na África Negra”.⁴¹ Ainda segundo Ferro, terminada a desocupação das colônias, no período de 1950 a 1970, as guerras civis foram cíclicas na parte correspondente à África Sub-Saariana, uma vez que as fronteiras políticas dos novos Estados não respeitaram as “divisões étnicas, religiosas e lingüísticas dos povos nativos”. Devido a isso, aproximadamente duas dezenas de Estados africanos mergulharam em guerras. “As reservas de minérios, com enorme potencial para impulsionar o desenvolvimento econômico, funcionaram, ao contrário, como motor de alguns conflitos.”⁴²

Existem, no entanto, opiniões divergentes no que toca à eficiência da Organização da Unidade Africana pelas seguintes razões: 1) seria considerada incapaz por ser organização do tipo *laissez-faire*, deixando maus governos e dirigentes africanos impunes ao cometerem atrocidades; b) não conseguiria acabar com os conflitos na África; c) teria alcançado poucos progressos econômicos.

Outra opinião considera louvável o seu desempenho, sobretudo pelo fato de ter apoiado diretamente os movimentos de libertação por intermédio do seu Comitê Coordenador da Libertação da África.⁴³ Segundo Maurício Carbone, em 1963 alguns dirigentes africanos reunidos em Adis Abeba (capital da Etiópia) com o objetivo de criar a Organização da Unidade Africana (OUA), foram persuadidos de que, para libertar o continente do colonialismo e do racismo, deveriam se unir. Desde muito tempo a OUA tem trabalhado no sentido de estimular a solidariedade entre os Estados, que tinham, há bem pouco tempo, alcançado sua independência; para defender a idéia das fronteiras so-

⁴¹ In: M'Bolo, op. cit. por Vara Branco. Ver também: Mello, Celso D. de Albuquerque. *Direito internacional da integração. XV Capítulo*. Rio de Janeiro: Renovar, 1996.

⁴² In: Ferro, citado por Vara Branco. Disponível na Internet.

⁴³ In: História da Organização da Unidade Africana. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org>. Acesso em: 23 jan. 2006.

beranas; todavia, esmagada pelas dívidas, pela burocracia e devido a sua política de não-ingerência nos assuntos internos dos Estados soberanos, a OUA não conseguiu acabar com os conflitos, parar com genocídios ou, mesmo e principalmente, destituir os ditadores.⁴⁴ Essas foram as razões evocadas pelos atuais dirigentes que a dissolveram, substituindo-a pela União Africana.

A Organização da Unidade Africana nasceu em Adis Abeba (capital da Etiópia), no período situado entre 22 e 26 de maio de 1963. Marcam este grande acontecimento intervenções de líderes como: Hailé Selassie,⁴⁵ Houphüet Boigny, Kwame N’Krumah, Milton Obote, Julius Nyerere, Bourguiba, Leopold Sédar Senghor, Tsiranana, Modibó Keita e Nasser, Sekou Touré e Ahmed Ben Bella (todos ex-chefes de Estados africanos).

Na sua alocução como primeiro interveniente na Conferência que criou a Organização da Unidade Africana (OUA), Hailé Selassie foi taxativo:

Reunimo-nos para reforçar o nosso papel na condução dos assuntos do mundo e para cumprir o nosso dever para com este grande continente no qual temos a responsabilidade por duzentos e cinquenta milhões. O conhecimento da nossa história é indispensável para estabelecer a nossa personalidade de africanos. Proclamamos, hoje, aqui, que a nossa maior tarefa consiste na libertação definitiva de todos nossos irmãos africanos que se encontram ainda sob o jugo da exploração e do domínio estrangeiro (...) Sejamos isentos de recriminação e de rancor. (...) Que a nossa ação se coadune com a dignidade que reclamamos para nós próprios como africanos orgulhosos das nossas qualidades próprias, das nossas características e das nossas capacidades. Temos de evitar, antes de tudo, cair nas ciladas do tribalismo. Se nos dividirmos entre nós numa base tribal, isso constitui um convite à intervenção estrangeira, com todas as conseqüências nefastas que

⁴⁴ In: Le Courrier ACP-UE, N° 194 — sep./oct. 2002.

⁴⁵ (...) Fora “aquele mesmo que se levantara, trinta anos antes do fascismo italiano e herdeiro de uma das mais velhas dinastias do mundo”. In: Ki-Zerbo, Joseph. *História da África Negra*. Op. cit., p. 399.

daí advêm. Reconhecendo que o futuro deste continente reside, em última instância, numa união política, devemos reconhecer também que são numerosos e difíceis os obstáculos para lá chegar. Por conseqüência é inevitável um período de transição.(...) Certas organizações regionais devem assumir funções e satisfazer necessidades que não poderiam ser satisfeitas de outra maneira. Mas o que existe de diferente aqui é que reconhecemos estas situações no seu justo valor, isto é, como sucedâneos e expedientes temporários de que nos servimos até o dia em que tivemos atingido as condições que tornem possível a unidade africana total ao seu alcance.(...) Esta conferência não pode terminar sem a adoção de uma carta africana una, que reúna os atributos que descrevemos. (...) A carta africana de que falamos deve ficar de harmonia com a das Nações Unidas.

A organização foi lançada. Apesar disso, os resultados da Conferência demoraram a alcançar o seu entusiasmo criador histórico. A grande verdade é que “a África permanecia diversa e variegada, na dispersão geográfica, nas condições socioeconômicas, nas opções políticas e culturais dos seus Estados”. O projeto de Carta da Etiópia, que boa parte dos presentes na Conferência julgava assumir o lugar das Cartas de Casablanca (Marrocos) e de Lagos (Nigéria); foi, de início, rejeitado, em razão de divergências sobre a idéia que estava sendo atribuída à Unidade Africana, uma vez que “Certos deles pensavam numa unidade política e orgânica, enquanto outros tinham em vista uma União feita de cooperação técnica e funcional. Uns pensavam em termos de criação imediata; outros previam, segundo as palavras do presidente Huphüet Boigni, ‘as etapas necessárias’.”

Naquele momento o presidente Kwame N’Krumah tinha acabado de tornar público o seu livro intitulado *A África Deve Unir-se*, em que se debruçou na decomposição da situação econômica do continente afirmando: “Os nossos capitais escoam-se em verdadeiras torrentes para irem irrigar todo o sistema da economia do Ocidente. Durante séculos a África foi a vaca leiteira do mundo Ocidental”. Apresentou as seguintes propostas na Conferência: a) criação de sistema de defesa comum dirigido por comando supremo africano; b) criação de sistema

monetário comum; c) proposição da planificação continental comum e d) criação de um mercado comum africano. Enfim, defendeu um governo continental único como meio de acabar com as contradições entre os Estados e com as tentativas de reconquista do neocolonialismo e do imperialismo. Apenas Uganda avalizou esta visão corajosa. A visão de N’Krumah é a visão de um profeta, de um intelectual de primeira categoria como tantos outros, que compreenderam o passado tenebroso vivido pelo seu povo e que projetaram uma das vias mais sólidas que a África deveria trilhar, como sendo a mais adequada para alcançar a sua unidade interna. Apesar de traído como tantos outros que mereceram a mesma sorte, a sua memória ficará gravada na mente dos melhores filhos daquele continente bastante martirizado.

Milton Oboté,⁴⁶ por sua vez, num grito de surpresa, após a intervenção de N’Krumah arrematou:

Por muito prazer que tenhamos em nos sentirmos em nossa casa, parece-me que chegou o momento — o momento até já passou — de os Estados africanos independentes renunciarem a uma parte de sua soberania a favor de um poder Legislativo e de uma instância executiva central em África, investida de poderes específicos para tratar de matérias que seria preferível não deixar ao pendor dos políticos individuais. Entre essas matérias citarei a criação de um Mercado Comum Africano, a planificação econômica à escala continental, a defesa coletiva, uma política estrangeira comum, um Banco de Desenvolvimento Comum, uma zona monetária comum e muitas outras matérias ainda.

Quanto ao presidente da Argélia, Ahmed Ben Bella, este apenas exclamou:

Falamos de um banco de desenvolvimento porque não falamos de um banco de sangue? Um banco de sangue para irmos em auxílio daqueles que se batem em Angola e um pouco por toda a parte em

⁴⁶ Milton Oboté foi presidente de Uganda entre 1966 e 1971. Ver: http://pt.wikipedia.org/wiki/milton_Obote.

África (...) Assim, para que sejam libertados os povos ainda sob a dominação colonial, aceitemos todos morrer um pouco ou morrer por completo a fim de que a unidade africana não seja uma palavra vã.⁴⁷

Após todas as intervenções a Carta foi rubricada, num clima de irmandade praticamente divina, por três dezenas de Estados. O seu artigo 1º dispôs que “a Organização da Unidade Africana (OUA), compreende os Estados africanos continentais, Madagascar e as outras ilhas vizinhas da África”; o artigo ainda criou quatro órgãos da OUA: a Conferência dos Chefes de Estado e de Governo, instância suprema; o Conselho de Ministros que prepara e executa as decisões da Conferência; o Secretariado-Geral Administrativo e a Comissão de Mediação, de Conciliação e de Arbitragem. Foram instituídas cinco comissões especializadas nas seguintes áreas: setor econômico e social; educação e cultura; saúde, higiene e nutrição; defesa; ciências, técnicas e investigação. Conforme assinala Ki-Zerbo, a Carta contemplava “a cooperação de preferência à tese da união estreita (confederação) ou da unidade orgânica (federação). Dera-se um passo ao caminho da unidade, mas a longa marcha devia ainda continuar”.

Passadas mais de quatro décadas da sua criação, a OUA viu-se impotente diante dos numerosos conflitos que devastaram o continente, não conseguindo incrementar de forma eficiente o seu progresso. Como causas para tais fracassos poder-se-ia declinar a forma consensual da organização e a impunibilidade. No entanto se concorda com François Borrela,⁴⁸ para quem a conclusão do processo de descolonização dos territórios portugueses, mais antigas colônias do continente (1974

⁴⁷ In: Ki-Zerbo, Joseph. Op. cit., p. 399-402. Ver também a coleção das alocações dos chefes de Estado na Conferência de Adis Abeba em Nations Nouvelles revista da União Africana e Malgache (UAM), (n. especial, Ed. Diloutremmer, Rue Louis-le Grand, Paris. Ver Zomaré<<http://www.zomarc.com/biblio1.html>>

⁴⁸ François Borrela é professor na Universidade de Nancy II. Artigos e crônicas sobre os problemas africanos no anuário de 1958, 1959, 1961, 1963, 1964, 1966, 1968, 1971. Ver: *Annuaire Français de Droit International*. Contra National de la Recherche Scientifique, XX, 1974. p. 215-216.

a 1975), mudou a face do continente africano. A África do Sul seria, assim, confrontada diretamente com os Estados que conquistaram sua independência, na grande maioria pela via da luta armada e não por decisão diplomática. Para o autor, tudo isso traduz vitória moral e política da OUA, que acompanha o processo de reequilíbrio da África do Sul e sua estabilização, facilitada pela pacificação dos grandes conflitos internos dos Estados africanos, como é o caso do fim da crise de Biafra. Apesar de todas essas vitórias, porém, surgiram para a Organização novas dificuldades ligadas à situação dos Estados africanos mais pobres e desprovidos de riquezas minerais e naturais. Conseqüentemente, a OUA compreendeu a necessidade de colocar na vanguarda de suas preocupações a cooperação econômica no segundo decênio da sua existência.

Do Desenvolvimento e da Construção da União Africana

O desenvolvimento e a construção da União Africana continuam dependendo da ajuda e do financiamento externo de seus parceiros de desenvolvimento mediante a cooperação bilateral e multilateral. Esforços estão sendo feitos pela União Africana, com o concurso especial da União Européia, da ONU, por intermédio da sua Comissão Econômica para a África, do Brasil, dos países do G8 e, enfim, de toda a comunidade internacional. A propósito, é oportuno recordar as razões da histórica conferência de Bandung, pela sua importância e pela sua relação com a problemática do desenvolvimento nos países do chamado Terceiro Mundo. A Nova Ordem Econômica Internacional não foi fruto do acaso, mas, sim, decisão histórica dos países do Terceiro Mundo, que reclamaram por ela na conferência de Bandung em 1955. Isso fez com que a ONU criasse a denominada Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Cnuced). A Cnuced passou a ser “fórum para a definição e propaganda do pensamento desse grupo internacional numeroso e de presença recente na balança de poderes internacional”. Esse grupo internacional foi batizado com o nome de Gru-

po dos 77, tendo adotado em Argel (capital da Argélia) a Carta que é a sua declaração pública e de exigência contra as nações mais ricas. Em 1974 o Grupo fez com que a Assembléia Geral da ONU aprovasse a Carta de Direitos e Deveres Econômicos dos Estados.⁴⁹ Ainda em 1974, em reprise, a ONU foi favorável à aprovação das regras gerais de conduta para uma “Nova Ordem Econômica Internacional”, concluída em 1975, por meio de deliberação acerca do “desenvolvimento e cooperação econômica internacional”, verdadeiro plano de ação que, se executado, exigiria a interferência da comunidade internacional para que as nações em via de desenvolvimento voltassem a conquistar “a independência econômica real em face do que chamam imposições do colonialismo”.⁵⁰

→ O desenvolvimento da África e a construção de sua união passam pela sua integração política e econômica, com ênfase, sobretudo, no aspecto político, que requer cuidados especiais e o concurso dos seus parceiros de desenvolvimento. Concorde-se com MBuyi, para quem a integração política pressupõe, necessariamente, a existência de “comunidade mais ou menos unificada no seio da qual se estabelece forte coesão e estreitos vínculos de reciprocidade entre os distintos povos e entidades políticas, de tal modo que expressam uma identidade de grupo e de si mesmos”. A referida forma de integração, portanto, precede a econômica, sendo objeto de estudo das Relações Internacionais e servindo de marco teórico da integração econômica regional.⁵¹

⁴⁹ Legado Político do Ocidente. In: Moreira, Adriano. *Teoria das relações internacionais*. Coimbra: Livraria Almedina, 1999. p. 383.

⁵⁰ Esse posicionamento diz respeito “à rejeição à coação econômica dos poderosos sobre os fracos, sem que se defina o conteúdo daquela, de reduzir as desigualdades entre os Estados com uma política de igualdade preferencial, de desenvolver uma relação de direito de ajuda e de obrigação de assistência que solidarize os ricos com os pobres, o Norte com o Sul do mundo”. In: Carreau; Juillard. *Droit International Economique*. Paris, 1980. Apud Moreira, Adriano. Op. cit., p. 383.

⁵¹ Assim, quando a integração regional tiver uma forma política, remete a uniões de tipo federal ou para uma confederação. In: Kabunda Badi, Mbuyi. *La Integración Africana. Problemas y Perspectivas*. Madrid: Agencia Española de Cooperación Internacional, 1993. p. 33.

Segundo os ensinamentos de Bela Balassa, antes de pretender analisar o “interesse” atual pela integração econômica, seria necessário, primeiro, debater o rol dos elementos políticos. Não resta a menor dúvida de que particularmente no caso europeu, os objetivos de cunho político se revestem de tamanho valor. Assim, “o fato de se evitarem futuras guerras entre a França e a Alemanha, a criação de uma força na política mundial e o restabelecimento da Europa Ocidental como uma potência mundial são, freqüentemente, mencionados como objetivos políticos que a integração econômica serviria”. (...) Boa parte das pessoas os vê como “objetivos primários” e joga para etapa posterior os considerandos de cunho econômico.⁵²

Com a predominância de fatores políticos a sustentarem objetivos econômicos, é de suma importância destacar a ajuda ao desenvolvimento concedido pela União Européia no âmbito multilateral e pelos países-membros da União Européia em âmbito bilateral; entretanto, é um absurdo pensar em desenvolvimento sustentável na África ignorando o período colonial, por ser o ponto de referência e de comparação, na medida em que o continente africano passou a desfrutar da ajuda européia para o seu desenvolvimento, nas vésperas da sua independência e no pós-independência. Foi a Europa que colonizou a África e, também, o seu primeiro parceiro de desenvolvimento. Todas as expotências coloniais concorrem com a comunidade internacional, e isso apenas está sendo possível porque a Europa e o mundo puderam se livrar dos fantasmas da guerra. Para Elizabeth Almeida “(...) a história européia, por mais de 300 anos, foi marcada por guerras e violências, com objetivos de dominação de um país ou de um povo sobre os outros.⁵³ As duas guerras mundiais fragilizaram a Europa, possibilitando o aparecimento dos continentes asiático e africano no plano da política internacional (Conferência de Bandung).⁵⁴ As referidas guerras arrasa-

⁵² Balassa, Bela. *Teoria da integração econômica*. Tradução de Maria Felipe Gonçalves e Maria Elsa Ferreira. Lisboa: Livraria Clássica, 1961. p. 19.

⁵³ Almeida, Elizabeth Accioly Pinto de. *Mercosul & União Européia*. Estrutura jurídico-institucional. Curitiba: Juruá, 2001. p. 55.

⁵⁴ Idem, *ibidem*.

ram a Europa, provocando muita destruição e milhões de mortes. “A Europa, que fora no passado o centro do mundo no plano cultural, político e econômico, com grande desenvolvimento, viu seu declínio no contexto mundial com esses dois conflitos”.⁵⁵ O mesmo aconteceu e está acontecendo na África, podendo-se considerar a ocupação como sendo uma guerra, pois destrói todos os impérios e reinos que já existiram. A África de hoje não será a de ontem e muito menos a colonial.

No período de guerras que devastaram a Europa, explica Klaus Dieter Borchardt que o forte medo de uma terceira guerra foi decisivo para a integração européia. Foi o marco fundamental da união entre países europeus. Aponta a paz como *leitmotiv* da UE, dizendo que “nenhum motivo foi mais poderoso para a unificação européia do que a sede da paz”.⁵⁶ A criação da EU, nesse passo, conseguiu atingir o elemento primordial da sua firme coesão, uma vez que “o estabelecimento de uma nova ordem de paz européia torna impossível qualquer guerra entre países-membros. Mais de 40 anos de paz provam-no bem”.

No continente africano o uso da força bélica está sendo empregado por países que pretendem readquirir o *status quo ante*. Note-se, entretanto, que tais países nunca deixaram de ser considerados grandes nações em virtude das atrocidades que cometeram e continuam cometendo mediante intervenções e agressões. Apesar disso, o tempo ficará encarregado de resolver quanto à unidade — política, religiosa e cultural — da África, hoje ameaçada pelo narcotráfico, pelo terrorismo e pelo fundamentalismo em algumas de suas regiões, como estão sendo noticiados casos pela imprensa internacional, como, *v.g.*, ocorre nas ex-colônias portuguesas da África.

Em que pesem os fatores políticos e as decisões estratégicas, capazes de superar o estado de guerra e de revolução em busca da necessária paz para o desenvolvimento econômico na Europa, a inte-

⁵⁵ Idem, *ibidem*.

⁵⁶ Borchardt, Klaus Dieter. Op. cit., p. 10. Apud Stelzer, Joana. *União Européia e supranacionalidade: desafios ou realidade?* Curitiba: Juruá, 2000. p. 19; Almeida, Elizabeth. Op. cit., p. 32.

gração da África está sendo feita, hoje, pela União Africana, que substitui a Organização da Unidade Africana. Com relação à integração econômica do continente africano, duas estratégias foram cogitadas: a) o modelo pan-africano que defendia o estabelecimento imediato de uma organização econômica continental; 2) o modelo sub-regional, que advogava a execução de acordos de cooperação entre estados vizinhos que ocasionalmente conduziria a formas de cooperação geograficamente mais extensas. Grande parte dos Estados foi favorável à opção sub-regional e, por estas razões, a Comissão Econômica da ONU para a África (ECA) apresentou projeto destinado a fragmentar o continente em quatro sub-regiões: a oriental, a austral central, a ocidental e o norte de África.⁵⁷

Em instância internacional, a África foi e continua sendo privilegiada nas parcerias que estabelece com os diversos quadrantes do mundo, especialmente com a Europa. O Tratado de Roma de 1957 pode ser considerado o marco inicial da política de cooperação entre a Europa e os países da África, Caribe e Pacífico (ACP). Claude Wauthier assinala que a resolução do Congresso de Roma era nítida: assegurava, entre outros aspectos, que “a independência política e a liberação econômica são as condições indispensáveis para o progresso cultural dos países subdesenvolvidos em geral, e para os países negro-africanos em particular.”⁵⁸

Odete Maria de Oliveira explica que o processo de integração econômica ganhou a sua modelagem exata de organização internacional a partir da década de 50. Acrescenta, também, que as colônias, livres do colonialismo, viram-se obrigadas a procurar adequada via para incrementar suas economias por meio dos distintos modelos de integração que existiam naquela época.⁵⁹

⁵⁷ Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/organiza%C3%A3o_da_unidade_africana. Acesso em: 30 jan. 2006.

⁵⁸ In: Wauthier, Claude. *El África de los Africanos. Colección Tercer Mundo*. Editorial Tecnos, 1996. p. 22.

⁵⁹ Oliveira, Odete Maria de. *União Européia: processos de integração e mutação*. Curitiba: Juruá, 1999. p. 32.

Segundo Dominique David,⁶⁰ em 9 de maio de 1959 Robert Schuman afirmou que a Europa poderia, com os meios adquiridos, prosseguir na realização de uma de suas tarefas essenciais: o desenvolvimento do continente africano. O Tratado de Roma, firmado em 25 de março de 1957, previa a associação dos países e territórios do ultramar à Europa nascente.⁶¹ Assim, parcerias de cooperação para o desenvolvimento econômico, comercial e político da União Européia com os países da África ficaram a cargo das importantes dotações do Federal Reserve Board (FED). A primeira forma de cooperação situava-se dentro da chamada Associação dos Países e Territórios do Ultramar (PTU) em 1957; evoluindo para os convênios de Yaounde I e II de 1963-1969; progredindo para os convênios de Lomé (I, II, III, IV e IV revisado) acordados no ano de 1975, prolongando-se até 1995. Por fim, seguiu-se o acordo de Cotonou de 2000,⁶² que abrange e regula o regime de comércio entre os países ACP e a UE, a transferência de grande volume de recursos de assistência financeira e o chamado diálogo político entre os parceiros. Devido, entretanto, aos poucos resultados conseguidos com os “45 bilhões de dólares gastos nas convenções de Lomé I a IV, desde 1975, a UE exigiu que a ajuda e o comércio sejam condicionados pela boa governabilidade por parte dos países ACP”.⁶³ A partir de então, a corrupção passou a ser motivo de suspensão de ajuda a esses países.

Questiona-se, a propósito, se o acordo de Cotonou está sendo cumprido, principalmente em seus artigos 8º, 9º, 96, 97 e respectivas alíneas. A bem da verdade, há falta de diálogo entre alguns Estados

⁶⁰ Robert Schuman era ministro das relações exteriores (1866-1963). In: Dominique, David. *Mais de 40 anos de relações Europa-ACP*. Le Courier. Sept. 2000. Ver também: Pfetsch, Frank R. *A União Européia: história, instituições, processos*. Tradução de Estevão C. de Rezende Martins. Brasília: Universidade de Brasília, 2001. p. 31.

⁶¹ O Tratado de Roma (CEE) contemplava previamente a viabilidade da CE se tornar sócia dos países e territórios do Ultramar (PTU). Oliveira, Odete Maria de. Op. cit., p. 303.

⁶² In: Commission Européenne. *Le Courier*. Sept. 2000. Edition Special.

⁶³ In: Zeegers, Alexia; Jaakkola, Jyri. *O acordo de Cotonou e o comércio justo*. Disponível em: <http://homepage.esotérica.pt/cidac/eg-10.html>. Acesso em: 28 nov. 2003.

africanos (artigo 8º); não há respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais, nem sempre a democracia está assente no Estado de Direito e em sistema de governo transparente e responsável, que fazem parte do desenvolvimento sustentável (artigo 9º); e as medidas adequadas no que se refere aos direitos humanos, aos princípios democráticos e ao Estado de Direito (artigo 96) não estão sendo aplicadas, como, também, o processo de consultas e medidas adequadas no que se refere à corrupção (artigo 97) do acordo de Cotonou apenas ficou na formalidade.⁶⁴

Os acordos de parceria econômica não estão dando certo, como se pode constatar nas notícias que seguem: “Os chefes de Estado e de governo que estiveram presentes durante dois dias, na 4ª Cimeira dos Países da África, Caraíbas e Pacífico (ACP), em Maputo, estão conscientes de que é preciso intensificar as relações no seio do grupo para que a parceria com o Norte realmente resulte em benefício do grupo. Isso depois de concluírem que malgrado os acordos de parceria econômica (APE), lançados em 2002 com a União Européia, eles não apresentaram, até aqui, grandes resultados”.⁶⁵ Salvo melhor juízo, parece que essa situação ainda não mudou quanto aos subsídios agrícolas. Questiona-se sobre a solução que a África deverá adotar diante da recusa americana-européia de pôr termo ao sistema de subvenções agrícolas (se deve proibir a venda na África dos produtos subvencionados pela América e a Europa, instituir mecanismos de ajuda aos produtores africanos; ou, então, sair da OMC).

São essas e outras questões com as quais a África tem se deparado no percurso do seu intento integracionista. Muitas tentativas já foram ensaiadas para promover a integração africana. Lamentavelmente, nenhum grande resultado positivou-se. Nesse sentido, observa pon-

tualmente Celso de Albuquerque Melo ao assegurar que o continente tem desenvolvido um “avançado associacionismo intra-africano devido ao forte movimento pan-africano” e que a grande questão é a pobreza da África sub-saariana, em que a solidariedade entre os Estados é acentuada apesar de rivalidades étnicas e constantes golpes de Estado e de guerras civis.⁶⁶

Uma das missões da União Africana, apoiada no seu instrumento que é a nova parceria para o desenvolvimento de África, consiste na união dos seus 53 Estados-membros sob o ponto de vista político, social e econômico, assim como atrair auxílio e investimentos estrangeiros, promovendo a democracia, os direitos do homem e a boa governabilidade.

O novo tratado instituído da União Africana (UA) revogou a Carta da OUA, adotada no ano de 1963 em Addis-Abeba. Mais, ele integra outros instrumentos jurídicos existentes, tal como o Tratado de Abuja de 1991, criando a Comunidade Econômica Africana ou, ainda, a Declaração do Cairo, sobre o mecanismo de prevenção e resolução de conflitos.⁶⁷ Exposta a importância de tal tratado, inegável é constatar que a África ainda é um continente no qual a pobreza grassa, gerando conseqüências extremamente graves. Com relação ao estado de pobreza vivido naquele continente, Patrick McGowan foi enfático ao afirmar que “a pobreza generalizada induz a outros tipos de problema, como o político. Na maior parte da África a política consiste num jogo de soma zero. É um ambiente em que o caminho mais rápido para enriquecer não é abrir um negócio, mas envolver-se com o governo. E isso leva a uma disputa sangrenta pelo poder.”⁶⁸

⁶⁶ In: Mello, Celso D. de Albuquerque. *Direito internacional da integração*. Rio de Janeiro: Renovar, 1996. p. 329-331.

⁶⁷ In: Carbone, Maurizio. De l’OUA à l’UA: une page de l’histoire est tournée. Ver: Le Courier ACP-UE N° 194. Sept.-Out. 2002. Artigo publicado por Marie Joaniddis em 24 de maio de 2002. Disponível em: http://www.rfi.fr/actu/fr/articales/029/article_152obrasp. Acesso em: 16 ago. 2005.

⁶⁸ McGowan, Patrick. Tragédia africana. In: *Revista Exame*, n. 834, 13 jan, 2005. p. 50.

⁶⁴ Para conhecer mais detalhes do Acordo de Cotonou consulte o site: <http://www.europa.eu.int/comm/development/body/cotonou/compendium/compendium>. Acesso em: 5 dez. 2003.

⁶⁵ In: ACP querem parceria com resultados reais. Disponível em: <http://www.asemana.cv/index.php?m=O&Id=4196&mc=O&PHPSESSID=&c77d64d61574>. Acesso em: 28 jun. 2004.

Considerações Finais

A causa primordial de todo o subdesenvolvimento do continente africano é a ocupação colonial, seguida de saques e pilhagem das suas riquezas. Também ocasiona o atraso econômico da África o grande descontentamento que os colonialistas experimentaram quando da emancipação das suas ex-colônias, sobretudo em vista do nacionalismo exacerbado por parte de alguns dirigentes africanos que advogaram o rompimento total com o colonialismo, a exemplo de Sekou Touré e outros.

Entende-se que o continente africano passou por períodos difíceis antes de ser colonizado pelos europeus, mas que poderia ter se recuperado de todos os fantasmas que o assombraram e continuam assombrando, tal como ocorreu noutras partes do planeta. Assim, exemplificativamente, se o nazi-fascismo e as contradições entre a Alemanha e França persistissem, nenhum país haveria encontrado sossego e muito menos experimentaria algum desenvolvimento.

De qualquer forma, reconheça-se que a África tem dependência crônica do assistencialismo econômico para quase tudo que se propõe realizar e, além de inúmeras outras causas, também contribuíram para o baixo nível de desenvolvimento experimentado pela grande maioria dos países africanos: a) a falta de vontade política da classe dirigente; b) a ausência de sentido de Estado; c) o uso inadequado das ajudas destinadas a esse fim; d) a falta de empenho em pôr termo às antigas discórdias, que se agravaram com a presença colonial; e) a inexistência de consenso sólido em busca da paz e do seu aprendizado; f) o descumprimento de aspectos relevantes dos acordos internacionais com seus parceiros de desenvolvimento.

Não existem progressos marcantes nos países africanos e a responsabilidade é de sua classe política, especialmente de seus Estados, assim como da União Européia e dos países desenvolvidos. Complementarmente a tudo isso, outras causas justificam o atraso econômico-

social da África, como as guerras fratricidas, os golpes de Estado, a inoperância do Estado de Direito, as perseguições políticas, a impunidade, as violações das normas constitucionais e o desrespeito pela separação de poderes, entre outras.

A instabilidade política que o continente africano vive mina qualquer iniciativa de progresso, e tudo leva a crer que, a permanecer o estado de coisas presente, será utópico que venha a ser atingido o nível de desenvolvimento desejável e muito menos a construção da União Africana e do Mercado Comum Africano.

Todas as políticas de desenvolvimento ensaiadas resultaram em verdadeiros fracassos, entre elas as de Lomé, irrigadas com as dotações do FED, disponibilizadas pela União Européia. Tem-se constatado, porém, certo desinteresse da própria União Européia e dos Estados Unidos da América na resolução dos impasses que afetam os agricultores da África. Todos esses países desenvolvidos dizem contribuir para o desenvolvimento das nações e povos africanos, entretanto constata-se o protecionismo marcante em suas atitudes, fazendo questionar o que estaria na origem dessa atitude deselegante? O recôndito desejo de não quererem prejudicar o rendimento dos seus agricultores?

Do exposto tem-se, como crucial questão a considerar, a transformação da OUA em UA. Constata-se, assim, que a África deve, ainda, concluir a fase organizativa da sua unidade interna, em virtude das instabilidades políticas que vive. A OUA tanto se empenhou em resolver tal questão e, pelo que se vê, a UA não irá, ainda, atingir tal intento, porque lhe faltam poderes de barganha. Sob este prisma, bastava efetuar algumas reformas pontuais na extinta OUA.

Adicionalmente considera-se como fator de descrédito da União Africana, a curto e longo prazos, a admissão, como membro de pleno direito da nova organização, de qualquer país independente, situado na área definida no artigo 1º da sua Carta. Tal fato caracteriza uma fatalidade, porque não poderá moralizar a instituição, tendo em conta que alguns países-membros da nova organização não têm mérito ne-

nhum para desfrutarem desse *status*; ainda mais, considerando que, em alguns desses países, os tribunais não funcionam, a separação de poderes é apenas formal e as violações dos direitos humanos são fatos notórios. Dever-se-ia conceder prazo a esses países para melhorarem seu desempenho nestes e em tantos outros temas, pois os acordos foram feitos para se cumprir e não para serem *engavetados*, a exemplo dos dispositivos do acordo de Cotonou, que merecem ser integralmente observados pelas partes signatárias.

A União Africana deve endurecer a sua posição contra alguns chefes de Estado e de governo que estão tentando comprometer seus esforços em prol da integração política, econômica e cultural do continente. Entende-se, assim, que a África deve, por enquanto, priorizar a sua integração política ao invés da econômica. Não há condições de ela competir no mercado internacional sujeitando-se a constrangimentos de várias ordens. Ou então, deve negociar apoios políticos de defesa e segurança com os seus parceiros, a fim de colocar "ordem em sua casa", evitando a anarquia que se assiste em algumas partes do continente, assoladas pelas guerras e outros tipos de calamidade.

O vazio na manutenção da ordem interna está se verificando de novo. Pelo que se percebe talvez se deva ao fato de a UA se sentir, por enquanto, amputada parcialmente, por não ter plenos poderes para agir, isto é, o poder supranacional em algumas matérias.

Seria bom, no entanto, que os renomados dirigentes não esquecessem as razões que conduziram à derrocada da OUA, apesar dos seus argumentos não convencerem, pois ela foi e irá ser exemplo, também, para as novas gerações. A África reclama novo paradigma para o seu desenvolvimento a fim de poder ocupar o devido espaço no mercado internacional. Para tanto, a União Europeia e a comunidade internacional deveriam ajudá-la nessa caminhada árdua, apoiando-a.

Por último, tem-se a considerar que, se a União Africana não puser na vanguarda do seu plano de ação a integração política, a unidade da África não passará de ficção. A integração econômica africana só

favorecerá os países desenvolvidos, além de tudo porque esses países têm domínio político e de técnicas produtivas em profunda desigualdade com os potenciais do continente africano. Nesse sentido, os países africanos apenas servirão para *escoar* a produção dos países desenvolvidos que, com seus produtos de alto valor agregado, auferirão lucros exorbitantes, acumulando riquezas.

Referências

- ALBUQUERQUE MOURÃO, Fernando Augusto (Org.). *Introdução aos estudos sobre a África contemporânea*. São Paulo/Brasília: EIITO Editor, 1984.
- ALMEIDA, Elizabeth Accioly Pinto de. *Mercosul & União Europeia*. Estrutura jurídico-institucional. Curitiba: Juruá, 2001.
- ANNUAIRE *Français de Droit International*. Contra National de la Recherche Scientifique, XX, 1974.
- BALASSA, Bela. *Teoria da integração econômica*. Tradução de Maria Felipe Gonçalves e Maria Elsa Ferreira. Lisboa: Livraria Clássica, 1961.
- CARBONE, Maurizio. *De l'OUA à l'UA: une page de l'histoire est tournée*. In: *Le Courier ACP-UE* n. 194, sept./out. 2002.
- CARREAU ET JUILLARD. *Droit International Economique*. Paris, 1980.
- COMMISSION Européenne. *Le Courier*, sept. 2000. Edition Special.
- DOMINIQUE, David. *Mais de 40 ans de relations Europa-ACP*. *Le Courier*, sept. 2000.
- FERREIRA, Mário; NUMERIANO, Roberto. *O que é golpe de Estado*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- FERRO citado por VARABRANCO. Disponível em: <http://www.ipv.pt/millennium/millennium32f4.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2006.

HISTÓRIA da Organização da Unidade Africana (OUA). Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/organiza%\(3%A7%C3%A30_da_unidade_africana](http://pt.wikipedia.org/wiki/organiza%(3%A7%C3%A30_da_unidade_africana). Acesso em: 23 jan. 2006.

HISTÓRIA do Zimbabwe. Disponível in: <http://pt.wikipedia.org/wiki/zimbabwe#pol.C3.ADtica>. Acesso em: 7 abr. 2006.

<http://africatime.com/afrique/index.asp>. Acesso em: 10 abr. 2006.

http://pt.wikipedia.org/wiki/organiza%C3%A30_da_unidade_africana. Acesso em: 30 jan. 2006.

http://pt.wikipédia.org;raymond_dart. Acesso em: 19 mar. 2006.

<http://www.asemana.cv/index.phtml?m=O&Id=4196&me=O&PHPSESSID=&c77d64d61574>. Acesso em: 28 jun. 2004.

<http://www.europa.eu.int/comm/development/body/cotonou/compendium/compendium>. Acesso em: 5 dez. 2003.

<http://www.paapress.com/freenewspor.asp?code+por029018&dte=01/02/2006>. Acesso em: 7 abr. 2006.

<http://www.panapress.com/freenwspor.asp?code=por0287643&dte=24/01/2006>. Acesso em: 7 abr. 2006.

http://www.rfi.fr/actufr/articales/029/article_152obrasp. Acesso em: 16 ago. 2005.

KABUNDA BADI, Mbuyi. *La Integración Africana. Problemas y Perspectivas*. Madrid: Agencia Español de Cooperación Internacional, 1993.

KI-ZERBO, Joseph. *História da África Negra II*. Europa-América, 2000.

KOUASSI, Kouam E. In: ALBUQUERQUE MOURÃO, Fernando Augusto (Org.). *Introdução aos estudos sobre a África contemporânea*. São Paulo; Brasília: EIITO Editor, 1984.

LE COURIER ACP-UE n. 194, sept./out. 2002.

LÍDERES do Mundo Árabe. *Líderes e mártires do terceiro mundo*, 1980.

LÍDERES e Mártires de África. In: *Guia do Terceiro Mundo*. Lisboa: Tricontinental, 1980.

LUGAN, Bernard. *Afrique de la Colonization Philantrophique à la Recolonization Humanitaire*. Christian de Batillato, 1995.

McGOWAN, Patrick. Tragédia africana. In: *Revista Exame*, n. 834, 13 jan. 2005.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. *Direito internacional da integração*. Rio de Janeiro: Renovar, 1996.

MOREIRA, Adriano. *Teoria das relações internacionais*. Coimbra: Livraria Almedina, 1999.

MUNANGA, Kabengele. Povos e civilizações africanas. In: ALBUQUERQUE MOURÃO, Fernando Augusto (Org.). *Introdução aos estudos sobre a África contemporânea*. São Paulo; Brasília: EIITO Editor, 1984.

NKRUMAH, Kwame. *A luta de classes em África*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1976.

OCUNICÁ, Lourenço. A educação durante a colonização portuguesa na Guiné-Bissau (1471-1473). In: CANEDO, Leticia. *A descolonização da Ásia e da África*, 1986. Disponível em: <<http://bibli.fae.unicamp.br/revbfe/v2n1out2000/artigo10.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2006.

OLIVEIRA, Odete Maria de. *Teorias globais e suas revoluções: elementos e estruturas*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005. V. 1.

OLIVEIRA, Odete Maria de. *União Européia: processos de integração e mutação*. Curitiba: Juruá, 1999.

PFETSCH, Frank R. *A União Européia: história, instituições, processos*. Tradução de Estevão C. de Rezende Martins. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

STELZER, Joana. *União Européia e supranacionalidade: desafios ou realidade?* Curitiba: Juruá, 2000.

VARA BRANCO, Alberto Manoel. *África: um continente em mutação a terceira vaga de transições democráticas e alguns dos impactos políticos da Globalização em Estados não democráticos*. Disponível em: <http://www.ipv.pt/millenum/millenum32/4.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2006.

VARA BRANCO, Alberto Manoel. *África: um continente em mutação (...)*. Disponível em: <http://www.ipv.pt/millenum/millenum32/4.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2006.

VARA BRANCO, Alberto Manoel. Disponível em: <http://www.ipv.pt/millenum/millenum32/4.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2006.

WAUTHIER, Claude. *El África de los Africanos. Colección Tercer Mundo*. Editorial Tecnos, 1996.

ZEEGERS, Alexia; JAAKKOLA, Jyri. *O acordo de Cotonou e o comércio justo*. Disponível em: <http://homepage.esotérica.pt/cidac/cg-10.html>. Acesso em: 28 nov. 2003.

FORMAÇÃO DO MERCADO ÚNICO EUROPEU: uma Experiência Paradigmática de Integração, Supranacionalidade e Comércio

Joana Stelzer

Everton das Neves Gonçalves

Introdução

O presente estudo tem por objetivo analisar as mudanças promovidas pelo fenômeno da globalização no âmbito do cenário internacional, com destaque para os Estados inseridos na integração econômica europeia, sob o viés da supranacionalidade e do comércio. A análise lança seu foco nas estruturas internas da integração europeia para lhes desvendar as estratégias de formulação do mercado único.

Após o segundo conflito mundial, à luz das transformações tecnológicas, econômicas, de comunicação, de informática, entre outras, que marcaram o período pós-guerra, emergiu também o paradigma europeu de integração econômica. Por intermédio de inusitado ordenamento jurídico, que decifrava a Teoria da Integração Econômica, viabilizava-se a reconstrução e o desenvolvimento do Velho Continente. Sob tal dinâmica, a Europa foi capaz de sedimentar o anseio de paz na origem do fenômeno comunitário, além de eliminar as fronteiras internas, tornando-se um dos maiores mercados mundiais. Trata-se de intrincado processo político-jurídico sob vestes inéditas, verdadeiro paradigma na formação de blocos econômicos.

O livre trânsito de bens representa a mais importante das quatro liberdades de integração (bens, serviços, pessoas e capitais), pois forma o chamado “núcleo duro” de um bloco de Estados reunidos. A partir